

A dívida externa já é um problema político

JORNAL DA TARDE 26 JUN 1986

México volta novamente à bala no noticiário econômico-financeiro internacional, desta feita com seu novo ministro das Finanças, Gustavo Petricioli, que substituiu Jesus Silva Herzog, tentando desfazer o suspense que se criou com esta troca de ministros e sobre o qual já fizemos comentários aqui no Jornal da Tarde.

A substituição de ministros não modificou em nada a essência do problema que o México enfrenta. E o novo ministro apenas confirma isso, ao dizer, como já fazia seu antecessor, que o México não está em condições de continuar "pagando o serviço da dívida externa nos termos pactuados".

Isso, a comunidade financeira internacional já percebeu claramente e não nos parece ter qualquer opção diferente, a não ser resignar-se. Mas, então, em que novos termos o México poderia manter seus compromissos? Petricioli garante que seu governo "não quer recorrer a medidas extremas" — como seria a suspensão unilateral de pagamentos —, mas não chega a ser muito esclarecedor a respeito do que o México propria. Diz ele que "não é possível absorvermos sozinhos o custo da queda dos preços do petróleo", mas esclarece que seu governo descarta tanto o pagamento pontual dos compromissos como a moratória unilateral, rechaçando ainda "opções de pagamento que só ofereçam carências de desesperança". Fica meio difícil, portanto, para qualquer credor, interpretar o significado de tudo isso.

Mas a expectativa não é só dos credores. É nossa também, como maiores devedores do mundo, da Argentina, e de outros orgulhosos membros da comunidade dos endividados. O desfecho do caso mexicano, conforme já dissemos aqui, interessa a todos nós, não apenas pela forma e conteúdo que pode assumir, mas também pelas lições que encerra.

Paul Volcker, chefe da Reserva Federal norte-americana (e que o público brasileiro precisa entender que não é um funcionário público, embora exerça uma função pública, ou seja, não deve obediência incondicional ao governo do seu país), comenta que "a suspensão de pagamentos é um beco sem saída" e que os países devedores "têm um interesse muito grande no cumprimento dos seus compromissos financeiros, se desejam participar da economia mundial". É verdade. Mas outra verdade é que os países credores também têm interesse na preservação das condições para que os devedores mantenham seus compromissos. E o fato inelutável é que estes têm mantido seus compromissos correspondentes àquele interesse, enquanto os países credores não têm desejado assumir compromissos compatíveis com seu interesse. Em suma: os devedores estão comprometidos com a preservação dos seus interesses de bons devedores; os credores não estão comprometidos com seus interesses de bons credores.

Isso nos remete ao comentário feito pelo influente jornalista norte-americano James Reston, em nossa edição de ontem, e que na verdade serve para todos os grandes devedores: "O que o México está necessitando não é meramente mais um empréstimo, mas sim uma associação contínua com os Estados Unidos para ajudar no crescimento da sua economia potencialmente rica".

Nós não duvidamos de que, no caso particular do México, a associação contínua com os EUA acabe acontecendo, mesmo porque, como diz William Rogers, ex-secretário norte-americano para assuntos do continente, "nós e o México estamos fadados a viver juntos (...) Tudo o que prejudicar o México acabará prejudicando também nossos interesses nacionais".

O Brasil não tem fronteiras com os Estados Unidos. E por isso não tem nem precisa ter uma relação especial com este país. Mas pode-se dizer que tudo o que prejudicar o desenvolvimento da economia brasileira, particularmente o fortalecimento da livre iniciativa neste País, também prejudicará não só a vida econômica mas também os alicerces da democracia no conjunto de países credores. Então, o Brasil precisa de uma relação especial, não com os Estados Unidos apenas, mas com o conjunto dos seus credores.

É evidente que não temos um problema conjuntural afora, de natureza financeira, como o do México. Mas estamos com falta de perspectivas de desenvolvimento de médio e longo prazo. Por isso temos uma situação estruturalmente difícil e ameaçadora. Queiram ou não queiram os governos dos países credores entender esse fato, de certo modo a sobrevivência do regime democrático nesta parte do mundo depende da solução que se encontre para o problema da dívida externa.

É claro que existe uma co-responsabilidade na busca dessa solução, assim como existiu co-responsabilidade na criação do problema. A dificuldade para os credores criarem condições econômicas que aliviem os devedores deve ser a mesma para que os devedores aproveitem tais condições e correspondam a elas. Uma das lições que o caso mexicano oferece advém do fato de que sua situação começou a deteriorar-se antes que os preços do petróleo entrassem em queda. Quer dizer, lá, como aqui, a adversidade econômica apenas agravou um processo cuja raiz está na política irresponsável e caótica de governos relapsos: o México, como o Brasil, estão tendo o seu desenvolvimento econômico emperrado pela crise financeira em última análise porque são subdesenvolvidos politicamente. Há uma relação entre os dois fatos, e não é por acaso que os países da Europa menos avançados economicamente são também os mais atrasados politicamente (Albânia, Grécia, Espanha, Portugal).

Cremos que o impasse mexicano favorece o esforço concentrado de devedores, inclusive do Brasil, na busca de uma solução definitiva e principalmente equitativa para o problema. Mas exige uma opção também definitiva, de nossa parte, pelo amadurecimento e o bom senso políticos. Temos demonstrado enorme dose de responsabilidade, civilidade e competência na manutenção e preservação dos nossos compromissos externos. Por que não somos capazes, como nação, de ter igual dose de responsabilidade, civilidade e competência na eliminação das nossas mazelas políticas e administrativas internas? Será, para os nossos políticos e governantes, mais fácil convencer o povo a sacrificar-se para cumprir fielmente — como tem cumprido — obrigações com os credores externos, do que a disciplinar-se para sanar os desvios de mentalidade e comportamento que tanto nos prejudicam e que produziram, entre nós, tantos governos relapsos e tantas políticas externas infantis como esta que faz da África e de Cuba as prioridades dos barbudinhos?

Essa, ao nosso ver, é uma indagação merecedora de atenção.